

ATRIA S/A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

CNPJ - MF nº. 05.956.581/0001-53

Araucária - Paraná

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas

Submetemos à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras da Atria S/A - Crédito, Financiamento e Investimento relativas ao exercício 2017, apuradas com base na regulamentação vigente.

Atria manteve suas linhas de crédito direcionadas às empresas do ramo da construção civil, especificamente às de construção e pavimentação de estradas rodovias. Mesmo diante de um cenário econômico cauteloso quanto a concessão de linhas de crédito, relacionados principalmente aos elevados níveis de inadimplência nos mais diversos setores da economia, a carteira de créditos da Instituição cresceu 17,16% em relação ao ano anterior, totalizando R\$ 44.098 (quarenta e quatro milhões e noventa e oito mil reais) no final do período.

As aplicações interfinanceiras de liquidez totalizaram R\$ 19.907 (dezenove milhões, novecentos e sete mil reais), um volume 30,20% superior ao do ano passado, o que motivou os acionistas a resgatarem a totalidade das Letras de Cambio mantidas na Instituição, eliminando o custo com remuneração e melhorando a rentabilidade operacional.

O Índice de Basileia também mostrou-se satisfatório encerrando o ano em 69,86% em

relação ao nível de patrimônio de referência exigido.

Atendendo aos princípios gerais fundamentados pelo "Comitê de Basileia II", a Instituição mantém estruturas operacionais específicas para o gerenciamento de risco.

A estrutura de Gerenciamento do Risco Operacional assegura políticas e procedimentos de identificação, avaliação e classificação de riscos operacionais, proporcionando um ambiente adequado para o gerenciamento, monitoração consistente e uma mitigação permanente. Essas premissas permitem também a identificação de eventuais fragilidades e melhoria nos processos de controle, garantindo assim melhor desempenho de maneira mais eficiente. A estrutura do Gerenciamento de Risco Operacional está em total aderência à Resolução nº 3.380 do Conselho Monetário Nacional.

O Gerenciamento do Risco de Mercado é efetuado conforme as disposições da Resolução nº 3.464 do Conselho Monetário Nacional. Nossa estrutura contempla premissas fundamentais ao controle e adequação das exposições, através da revisão e aprovação de políticas e estratégias específicas para o gerenciamento do risco de mercado de maneira consistente.

A Resolução nº 3.721 do Conselho Monetário Nacional instituiu também a estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito. Nossa estrutura é compatível com a natu-

reza das nossas operações e a complexidade dos nossos produtos e serviços. No gerenciamento dos riscos, adotamos políticas de concessão baseadas na avaliação da capacidade financeira dos nossos clientes, sendo que o nível de exposição das carteiras é definido através dos fatores de ponderação de risco definidos pelo Banco Central do Brasil.

O Gerenciamento do Risco de Capital é efetuado conforme as disposições da Resolução nº 3.988 do Conselho Monetário Nacional. A Instituição conta com estrutura organizacional voltada para o gerenciamento de riscos e de capital, conforme o organograma da instituição. A estrutura tem conhecimento apropriado dos níveis de risco de capital aos quais a instituição está exposta e dos processos utilizados para identificar, avaliar, acompanhar e controlar esses riscos, bem como das obrigações legais e dos deveres incorridos no gerenciamento do risco. Atua no desenvolvimento das atividades e na implementação de controles internos, revisões e atualizações das diretrizes da instituição no gerenciamento do risco de capital.

As estruturas completas de Gestão de Risco, tabela de tarifas bancárias e Sistema de Informação de Crédito - SCR estão disponíveis no endereço eletrônico: www.atria-sa.com.br.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

Ativo	2017	2016	Passivo e patrimônio líquido	2017	2016
Circulante	43.017	38.685	Circulante	16.125	3.012
Disponibilidades (Nota 4)	35	26	Recursos de aceites cambiais (Nota 8)	200	200
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 4)	19.907	15.289	Letras de câmbio	200	200
Aplicações em depósitos interfinanceiros	19.907	15.289	Outras obrigações	16.125	2.812
Operações de crédito (Nota 5)	20.405	22.245	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	36	14
Setor privado	23.645	23.401	Fiscais e previdenciárias (Nota 9 (a))	8.390	53
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(3.240)	(1.156)	Diversas (Nota 9 (b))	7.699	2.745
Outros créditos (Nota 6)	4.027	4.027	Exigível a longo prazo	1.092	13.984
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.027)	(4.027)	Recursos de aceites cambiais (Nota 8)	6.053	7.998
Outros valores e bens (Nota 7)	2.670	1.125	Outras obrigações (Nota 9 (b))	560	5.454
Outros valores e bens	2.670	1.125	Contingências (Nota 10 (b))	532	532
Realizável a longo prazo	9.654	7.438	Patrimônio líquido (Nota 11)	35.454	29.127
Operações de crédito (Nota 5)	9.654	7.438	Capital	-	-
Setor privado	20.453	14.238	De domiciliados no país	103.000	103.000
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(10.799)	(6.800)	Prejuízos acumulados	(67.546)	(73.873)
Permanente	-	-	Total do passivo e do patrimônio líquido	52.671	46.123
Outras imobilizações de uso	5	5			
Depreciação acumulada	(5)	(5)			
Total do ativo	52.671	46.123			

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em milhares de reais

	Capital social integralizado	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Em 1º de janeiro de 2016	103.000	(79.929)	23.071
Lucro líquido do exercício	-	6.053	6.053
Em 31 de dezembro de 2016	103.000	(73.873)	29.127
Em 1º de janeiro de 2017	103.000	(73.873)	29.127
Lucro líquido do exercício	-	6.327	6.327
Em 31 de dezembro de 2017	103.000	(67.546)	35.454
Em 1º de julho de 2017	103.000	(68.086)	34.914
Lucro líquido do semestre	-	540	540
Em 31 de dezembro de 2017	103.000	(67.546)	35.454

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Atria S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento (a "Instituição"), com sede no município de Araucária - PR, tem como atividade a prática de todas as operações permitidas nas disposições legais e regulamentares próprias das Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento. Seu funcionamento foi autorizado pelo Banco Central do Brasil, conforme despacho publicado no Diário Oficial da União, em 9 de outubro de 2003. As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Instituição em 30 de janeiro de 2018.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76, e as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém nem todos homologados pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Desta forma, a Instituição na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos homologados pelo (BACEN):

Resolução CMN nº 3.566/08 - CPC 01 (R1) - Redução do Valor Recuperável de Ativos
Resolução CMN nº 3.604/08 - CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa
Resolução CMN nº 3.750/08 - CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas
Resolução CMN nº 3.823/09 - CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Instituição incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões para créditos de liquidação duvidosa, provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

3 Principais práticas contábeis

(a) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pro rata dia

e calculadas com base no modelo exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor.

(c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

(d) Operações de crédito, recursos de aceites cambiais e interfinanceiros

As operações de crédito estão compostas de empréstimos e financiamentos ao setor privado. As operações contratadas com taxas pós e pré-fixadas são registradas pelo valor principal e as rendas são apropriadas ao resultado pela taxa linear ou exponencial conforme contratado, em razão da fluência de seus prazos até a data do balanço, retificados das rendas a apropriar quando aplicável.

(e) Provisão para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa - PCLD

Constituída em montante julgado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas na realização de créditos a receber, leva em consideração a análise das operações em aberto, das garantias existentes e dos riscos específicos apresentados na carteira.

Em conformidade com a Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional (CMN), a Instituição classificou as operações de crédito considerando o risco individual de cada operação.

A classificação considerou a qualidade do devedor e da operação, incluindo aspectos tais como: fluxo de caixa, situação econômico-financeira do devedor e setor, grau de endividamento, administração, histórico do devedor, garantias, eventuais atrasos, entre outros.

A referida Resolução determina critérios e percentuais mínimos a serem observados na constituição de provisões para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa, que são rigorosamente seguidos pela Instituição.

(f) Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição deduzido da depreciação calculada pelo método linear com base no tempo de vida útil estimada, de acordo com as taxas descritas, a saber:

Descrição	Taxa anual -%
Equipamentos de informática	20
Softwares	20

(g) Passivos circulante e exigível a longo prazo

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

(h) Imposto de renda e contribuição social

No cálculo do imposto de renda e contribuição social a provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de 10% e a provisão para contribuição social sobre o lucro tributável é constituída à alíquota de 15%, até

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Semestre findo em		Exercícios findos em	
	31 de dezembro de	31 de dezembro de	2017	2016
Receitas da intermediação financeira	8.004	12.951	12.365	12.365
Operações de crédito	7.356	11.427	11.024	11.024
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	648	1.524	1.341	1.341
Despesas da intermediação financeira	2.438	2.084	(6.135)	(6.135)
Operações de captação no mercado	-	(221)	(1.610)	(1.610)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.438	2.305	(4.525)	(4.525)
Resultado bruto da intermediação financeira	10.442	15.035	6.230	6.230
Outras receitas/despesas operacionais	(2.339)	(1.189)	(157)	(157)
Receitas de prestação de serviços	64	116	80	80
Despesas pessoais	(170)	(350)	(66)	(66)
Outras despesas administrativas (Nota 12)	(6.057)	(6.482)	(1.879)	(1.879)
Despesas tributárias	(381)	(609)	(526)	(526)
Outras receitas operacionais (Nota 13)	4.571	6.983	3.384	3.384
Outras despesas operacionais (Nota 14)	(366)	(847)	(1.150)	(1.150)
Resultado operacional	8.103	13.846	6.073	6.073
Resultado não operacional	-	-	(20)	(20)
Outras despesas não operacionais	-	-	(20)	(20)
Outras receitas não operacionais (nota 15)	-	44	-	-
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	8.103	13.890	6.053	6.053
Imposto de renda e contribuição social (nota 19)	(7.563)	(7.563)	-	-
Lucro líquido do semestre/ exercício	540	6.327	6.053	6.053
Lucro líquido do semestre/ exercício por ação do capital social	0,00	0,04	0,04	0,04

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Em milhares de reais

	Semestre findo em		Exercícios findos em	
	31 de dezembro de	31 de dezembro de	2017	2016
Atividades operacionais	8.103	13.890	6.053	6.053
Fluxo de caixa das atividades operacionais	2.438	(2.305)	4.525	4.525
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações do semestre/ exercício	8.103	13.890	6.053	6.053
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.438)	(2.305)	(4.525)	(4.525)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações ajustado	5.665	11.585	10.578	10.578
Variações de ativos e passivos	(2.006)	(1.240)	7.240	7.240
Redução (Aumento) em Operações de crédito	(1.343)	1.929	11.813	11.813
Redução (Aumento) em Outros créditos	6	-	2.416	2.416
Redução (Aumento) em Outros valores e bens	(1.778)	(1.545)	370	370
Redução (Aumento) em Outras obrigações	-	-	(3.509)	(3.509)
Redução (Aumento) em Arrecadação trib. assemelhados	25	22	-	-
Redução (Aumento) em Obrigações fiscais e previdenciárias	777	774	-	-
Redução (Aumento) em Obrigações diversas	307	60	-	-
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	3.659	12.825	17.818	17.818
Atividades de financiamentos	8.198	(6.592)	8.198	(6.592)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	(8.198)	(6.592)	8.198	(6.592)
Redução em recursos emissão de títulos	-	(8.198)	(6.592)	(6.592)
Caixa líquido aplicado em atividades de financiamentos	(8.198)	(6.592)	8.198	(6.592)
Aumento do caixa e equivalente a caixa	3.659	4.627	11.226	11.226
Modificação do Caixa e Equivalentes de Caixa	16.283	15.315	16.283	15.315

(b) Operações de crédito, por faixa de vencimento

Descrição	A vencer até		Total
	Vencidas seis meses	A vencer em mais de seis meses	
Sector privado - Indústria	10.786	15.591	26.428
Sector privado - Comercio	265	5	280
Sector privado - Outros serviços	274	9.854	14.552
Sector privado - Pessoa física	588	2.838	4.426
		25.450	44.098

(c) Operações de crédito, por nível de risco e provisão

A provisão para perdas em operações de crédito foi constituída dentro dos valores julgados necessários para fazer face a possíveis perdas na realização dos ativos com base em análises das operações em aberto, considerando-se a conjuntura econômica, a experiência passada, as garantias existentes, os riscos específicos e globais das carteiras e as normas e instruções do BACEN.

Em conformidade com as Resoluções 2.682/99 e 2.897/2000 do Conselho Normativo Nacional, Carta-Circulares 2.903/2000 e 2.899/2000 do Banco Central do Brasil, a carteira de créditos foi classificada conforme demonstrado a seguir:

Nível de risco	Vencidas até 14 dias		Vencidas há mais de 15 dias		Total
	A vencer	Vencidas	A vencer	Vencidas	
A	3.224	3.224	0,50	16	3.224
B	5.387	24.724	1,00	54	5.387
C	18.611	1.348	3,00	558	18.611
D	282		2	21	305
E	4.496			9	4.505
G	93			32	125
H	11.417	18		508	11.941
	43.510	18	570	14.098	

Nível de risco	Operações de crédito		Percentual de risco		PCLD
	2017	2016	2017	2016	
A	3.224	282	0,50	16	1
B	5.387	24.724	1,00	54	247
C	18.611	1.348	3,00	558	41
D	305	173	10,00	30	17
E	4.505	4.738	30,00	1.351	1.421
F					
G	125	485	70,00	88	340
H	11.941	5.889	100,00	11.942	5.889
	44.098	37.639		14.039	

(d) Movimentação de provisões do ano

	2017	2016
Saldo inicial	7.956	15.538
Incremento da provisão na classificação das operações de crédito	12.751	8.967
Decréscimo da provisão na classificação das operações de crédito	(6.688)	(16.609)
Saldo final	14.039	7.956
Circulante	11.166	11.166
Não circulante	10.799	6.800

(e) Operações de crédito, renegociadas no período

Descrição	2017	2016
Empréstimos	36.502	40.307
Financiamentos	1.950	3.082
	38.452	43.389

(f) Operações de crédito, baixadas para perdas no período

Descrição	2017	2016
Empréstimos	496	3.901
Financiamentos	593	15.195

(g) Operações de crédito e outros créditos recuperados no período

Descrição	2017	2016
Empréstimos	6.910	1.540
Financiamento	72	1.540
	6.982	1.540

(h) Garantias recebidas nas operações de crédito

As operações de créditos estão suportadas em sua totalidade por garantias fidejussórias suficientes e adequadas às circunstâncias, adicionalmente quando necessário, são exigidas garantias reais abaixo elencadas:

Descrição	2017	2016
Alienação fiduciária	28.620	22.655
Hipotecas	5.500	7.000
Outras garantias	29.631	44.421
	61.751	74.056

6 Outros créditos - diversos - circulante

Descrição	2017	2016
Títulos de crédito a receber (i)	4.027	4.027
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.027)	(4.027)

(i) Precatório no valor de R\$ 4.027 recebido do Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia, para liquidação total de operações de financiamento do cliente EIT - Empresa Industrial Técnica, CNPJ: 08.402.620/0001-69. Em 2016, foi constituída provisão sobre o valor total do referido título, em virtude da baixa perspectiva de realização do mesmo.

7 Outros valores e bens - circulante

	2017	2016
Imóveis recebidos em dívida	2.670	1.125

Em 2017, foi efetuada a venda do imóvel em Campinas/SP no valor de R\$ 233, recebido do cliente Unissur Ltda, CNPJ: 01.843.567/0001-92, e a venda do terreno em Rolândia/PR, no valor de R\$ 120 recebido do cliente JMP Terraplanagem Ltda., CNPJ: 10.502.158/0001-09. Em julho/2017, houve a adjudicação a favor da Atria, de uma área em Ponta Grossa no valor R\$ 1.898 proveniente do cliente Construtora Brasília Guabala Ltda., CNPJ 33.192.873/0001-00. A composição dos valores das dívidas oferecidas em pagamento em 2014, 2015 e 2016 já foram detalhadas em publicações anteriores.

8 Recursos de aceites cambiais

O saldo conforme vencimento está abaixo demonstrado:

	2017	2016
2017	-	200
2018	-	6.901
2019	-	1.027
	-	8.198

As Captações em Letras de Câmbio de Acionistas em 2016 eram indexadas a 100% do CDI. Em 2017, a entrada de recursos provenientes das recuperações de prejuízos e os resultados financeiros da atividade, possibilitou o pagamento aos acionistas das letras de câmbio captadas, diminuindo dessa forma o custo financeiro da Instituição.

9 Outras obrigações

(a) Fiscais e previdenciárias

Descrição	2017	2016
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar (i)	8.308	
Impostos e contribuições arrecolher	82	53
	8.390	53

(i) Em 29 de setembro de 2017, a Instituição aderiu ao PERT - Programa Especial de Regularização Tributária para regularização de contingência tributária referente a Imposto de Renda e Contribuição social de anos anteriores. Os valores foram atualizados nos termos da Medida Provisória 783/2017, chegando-se a um valor total de R\$ 13.095. Em dezembro de 2017, ainda restava um valor a pagar de principal, juros e multa no total de R\$ 8.308.

(b) Diversas

Descrição	2017	2016
Provisão para pagamentos a efetuar	21	4
Fornecedores	81	45
Penalidades a Regularizar	8.157	8.108
Recursos vinculados a operações de crédito (i)	8.259	8.199
(-) Parcela do não circulante	560	5.454
Circulante	7.699	2.745

(i) Os recursos vinculados as operações de crédito foram realizados nos termos da Resolução CMN 2.921 de 17 de janeiro de 2012 São recursos colocados à disposição da Instituição por terceiros e vinculados a uma operação de crédito, indexados a uma taxa média de 100% do CDI. Os valores de R\$ 7.597 contabilizados no circulante e R\$ 560 contabilizados na parcela do não circulante vencerão em 27 de abril de 2018 e 30 de junho de 2020 respectivamente. Não pode ser prestado qualquer tipo de garantia, seja pela Instituição contratante ou por pessoas físicas ou jurídicas a ela ligada, estando os recursos vinculados subordinados ao fluxo de pagamentos da operação ativa ao qual está vinculada.

10 Contingências

(a) Processo com probabilidade de perda possíveis
Em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 25 - "Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes", a Atria S.A. a parte em processos judiciais civis de natureza ativa decorrentes do curso normal de suas atividades que tem por objetivo recuperação de créditos vencidos, não possuindo ações judiciais de caráter passivo que necessite constituição de provisões para contingência, todavia apresenta após classificadas com risco possível de perda pelos assessores jurídicos, abaixo divulgadas:

	2017	2016
Cível	1.322	1.850
Tributária (i)	2	15.791
	1.322	17.641

(i) A Instituição foi autuada pela Receita Federal do Brasil em processo administrativo de natureza tributária em junho de 2012. A referida autuação foi objeto de impugnação junto a Receita Federal do Brasil em julho de 2012 e foi julgada improcedente. Em julho de 2013, foi protocolado Recurso Voluntário, determinando o cancelamento da exigência fiscal e arquivamento do processo administrativo instaurado. Em novembro de 2015, o processo deu entrada no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais ("CARF") e aguarda julgamento. Em 31 de dezembro de 2016 a possibilidade de perda do processo, foi avaliada como de risco "possível" pelos assessores jurídicos externos, não foi constituída provisão para contingências. Em 29 de setembro de 2017, a Instituição aderiu ao PERT - Programa Especial de Regularização Tributária para regularização da contingência tributária, tendo sido os valores atualizados de acordo com os termos da Medida Provisória 783/2017, no montante total de R\$ 13.095, restando saldo a pagar em 31 de dezembro de 2017, conforme divulgado na Nota 9 (a).

(b) Processo com probabilidade de perda provável

	2017	2016
Trabalhista	532	532
	532	532

11 Patrimônio Líquido

(a) Capital social
Em 31 de dezembro de 2017 o capital social era formado por 142.000.000 (2016 - 142.000.000) de ações ordinárias sem valor nominal.

(b) Dividendos mínimos obrigatórios

É garantido aos acionistas no mínimo 25% a títulos de dividendos ou juros sobre o capital próprio calculados sobre o lucro líquido ajustado. Neste exercício não foram propostos dividendos aos acionistas em razão do prejuízo acumulado nos exercícios anteriores.

(c) Lucro por ação

O exercício apresentou um resultado positivo de R\$6.327, equivalente a R\$ 0,04 por ação (2016 - R\$ 0,04).

12 Outras despesas administrativas

	Semestre findo em 31 de dezembro de 2017		Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017		Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016	
Processamento de dados	190	356	344			
Sistema Financeiro	54	82	51			
Serviços técnicos especializados	258	428	685			
Despesa com alugueis	14	28	26			
Despesa com comunicações	3	2	5			
Despesa com mant. conservação de bens	7	16	15			
Despesa com publicações	8	16	15			
Despesa com serviço de terceiros	44	22	15			
Despesa com viagem pessoal administrativo	1	2	1			
Despesa com contribuição sindical patronal	6	6	8			
Despesa com condomínio						
Despesa com provisão passivo trabalhista			2.972			
Juros sobre tributos em atraso (i)	2.917	2.496	1			
Multas sobre tributos em atraso (i)	1	1	1			
Emolumentos judiciais e cartorários	103	123	147			
	6.057	6.482	1.879			

(i) Em 29 de setembro de 2017, a Instituição aderiu ao PERT - Programa Especial de Regularização Tributária para regularização da contingência tributária conforme descrito na Nota 10. Os valores de juros e multa sobre tributos em atraso referem-se a atualização dos valores exigidos na autuação.

13 Outras receitas operacionais

	Semestre findo em 31 de dezembro de 2017		Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017		Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016	
Recuperação de crédito baixado como prejuízo (i)	4.570	6.982	1.540			
Reversão de provisões operacionais (ii)			1.634			
Reversão de impostos			205			
Estorno de despesas administrativa	1	1	1			
	4.571	6.983	3.384			

(i) Os saldos se referem a recuperação de valores que haviam sido transferidos para prejuízo, face estarem inadimplentes a mais de 360 dias.

(ii) Os saldos se referem a reversão de provisões para operações de crédito.

14 Outras despesas operacionais

	Semestre findo em 31 de dezembro de 2017		Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017		Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016	
Despesa com captações vinculadas	366	847	1.150			
	366	847	1.150			

15 Outras receitas não operacionais

	Semestre findo em 31 de dezembro de 2017		Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017		Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016	
Lucro na venda de imóveis não de uso próprio		44				

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

vante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos critério profissional ao longo da auditoria. Além disso:
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

16 Partes relacionadas

(a) Obrigações com partes relacionadas decorrentes de captações de recursos

Natureza	Grau de relação	2017	2016
Captação vinculada (i)	Ligada	8.157	8.108
Recursos de aceites cambiais (ii)	Acionista	6.157	3.428
		14.314	11.536

(i) Operações realizadas com empresa ligada nos termos da Resolução CMN no 2.921, tendo os vencimentos até junho de 2020, remunerados a uma média 100% do CDI.
(ii) Captações em Letras de Câmbio de Acionistas foram resgatadas pelos acionistas, visto o volume suficiente de recursos em caixa para suprir as necessidades de recursos nos negócios da Instituição.

(b) Despesas com partes relacionadas decorrentes de serviços prestados

Natureza	Grau de relação	2017	2016
Prestação de serviços administrativos	Ligada	233	453
		233	453

Prestação de serviço administrativo nos termos da Resolução no 3.954 de 24 de fevereiro de 2011, do CMN, por prazo indeterminado.

(c) Remuneração do pessoal-chave da administração

Benefícios de curto prazo a administradores	2017	2016
Honorários	46	53
	46	53

Anualmente em Assembleia Geral Ordinária é estabelecida a remuneração dos administradores, que é distribuída em reunião do Conselho de Administração, aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social.

(d) Outras informações
Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos aos seus acionistas controladores, empresas coligadas, administradores, ou parentes de seus administradores até o segundo grau. Dessa forma, não são efetuados empréstimos ou adiantamentos a quaisquer empresas ou indivíduos, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

17 Patrimônio líquido exigido (acordo da Basileia)
De acordo com a Resolução no 2.089/04 do CMN e normas posteriores, é exigida a manutenção de patrimônio líquido mínimo, correspondente a 9,25% do montante das operações ativas ponderadas por graus de risco que variam de 0% a 300%. A Atria S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, em 31 de dezembro de 2017, mantém patrimônio líquido compatível com o grau de risco de estrutura de seus ativos.

(a) Índice de Basileia

Descrição	2017	2016
PEPR - Parcelada capital alocado ao Risco de Crédito	3.396	3.345
PJUR1 - Parcela de capital alocado ao Risco de Mercado (Trading)		
RBAN - Parcela de capital alocado ao Risco de Mercado (Banking)	1.128	72
POPR - Parcela de capital alocado ao Risco Operacional (AIB) (*)	14.033	9.058
PRE - Patrimônio de Referência Exigido	17.430	12.403
PR - Patrimônio de Ref. por limite de compatibilização PRE	35.454	29.127
Índice de Basileia (% fator de RRE)	69,86%	67,84%
Índice de Basileia Ampl. (Incluí RBAN)	69,86%	67,84%

(*) Para o cálculo da parcela de capital alocado ao Risco Operacional, a Instituição utiliza a metodologia Abatimento do Indicador Básico (AIB).
Os sócios acionistas da Instituição assumem responsabilidade por manter os níveis de capital e patrimônio de referência exigido pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pela legislação vigente no Brasil, através dos aportes de capitais que se fizerem necessários.

(b) Limites de imobilização

	2017	2016
Situação	17.727	14.563
Margem	35.454	29.127
Patrimônio de Referência para limite de imobilização	35.454	29.127